NOTA À POPULAÇÃO

As Assembléias Gerais dos funcionários e dos professores da UFMG promovidas pela ASSUFEMG e pela APUBH, e os estudantes reunidos no Conselho de DA's do DCE da UFMG decidiram aderir à GREVE GERAL convocada pelo movimento sindical e por inúmeras outras entidades da sociedade civil para os dias 14 e 15 de março.

A participação da comunidade da UFMG na greve visa protestar contra a reincidente incompetência da política econômica do Governo Federal, além de denunciar suas nocivas consequências para o conjunto dos trabalhadores e, mais especialmente, para a Universidade, a Educação, a Saúde e a pesquisa em Ciência e Tecnologia.

A comunidade da UFMG se integra, assim, à luta do funcionalismo público, categoria de trabalhadores que vem sendo jogada à execração pública, ameaçada de demissão sumária, sem o mínimo critério de competência ou essencialidade. Na verdade, trata-se de mais uma investida da ideologia privatizante, levada ao paroxismo, que visa desmantelar os já precários serviços públicos gratuitos, em benefício dos serviços privados, pagos e caros. Cumpre ainda lembrar que o conjunto do funcionalismo também é vítima do clientelismo, do nepotismo e da incompetência das classes dirigentes do país, há muito tempo.

É preciso denunciar, também, a atual política econômica, cristalizada no recente Plano Verão que, mais uma vez, procura jogar nos ombros dos trabalhadores assalariados todo o peso do controle da inflação - objetivo dito prioritário do Governo e que já vem se arrastando há quase 4 anos de sucessivos fracassos. Não se pode exigir credibilidade de um congelamento de preços que veio precedido de uma majoração preventiva das tarifas públicas, de um oportuno vazamento de informações - propiciado por fontes internas do próprio Governo - e que se acompanhou de uma tabela de preços superiores aos praticados na época pelo mercado. Os salários, por seu turno, sofrem um congelamento real; e a fórmula de reposição para aquelas categorias que se encontram abaixo da média salarial de 1988 não passa de uma esmola diante da alta do custo de vida já registrada em janeiro e fevereiro. Cabe sublinhar que ainda não há qualquer regra de reposição de salários para o funcionalismo público federal.

E o que dizer da política em relação às taxas de juros? Aqui fica patente a iniquidade do Plano no que diz respeito aos assalariados: enquanto as altas taxas de juros praticadas pelas autoridades protegem os ganhos do setor financeiro e permitem mesmo a recuperação - em 2 meses! - das perdas decorrentes da extinção das OTN's, aos assalariados não é permitido sequer a inclusão das perdas passadas em suas pautas de reivindicações. A isso chamam "livre negociação"!

Quanto às medidas de "austeridade administrativa" para con-

ter o déficit, uma pergunta fica no ar: por que só agora o Governo resolveu praticá-las? Desde o discurso de posse, o Presidente havia explicitado esta intenção: "é proibido gastar". Lembram-se? Se se gastou demais, de quem é a responsabilidade? E a forma destas medidas: extinção indiscriminada de órgãos federais, cortes lineares de verbas, bloqueio total de recursos. Enquanto isso, o "Interino" leva algumas aeronaves e ampla comitiva em passeio sentimental a seu estado...

É justamente quanto a este aspecto da atual política econômica que as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) se sentem particularmente ameaçadas, pois desde 87 vêm cobrando o compromisso assumido, pelo próprio Presidente da República, de substancial aumento dos recursos para manutenção e funcionamento. E que não se pense que o compromisso presidencial foi excessivo; não foi! Enquanto a reivindicação histórica de recursos para Orçamento de Custeio e Capital (OCC) é de pouco menos de 28% do Orçamento Total (das IFES), o compromisso para 1988 foi de 15%. Ora, apurados os dados consolidados do ano passado, constatou-se que a média efetivamente recebida pelo conjunto das IFES como OCC NÃO CHEGOU A 4% DO TOTAL! Mais grave ainda, as medidas mais recentes propõem uma redução de 50% nesses recursos de OCC, o que inviabilizaria totalmente o funcionamento das IFES, algumas das quais adiaram o início do semestre letivo ou ainda o não puderam iniciar.

Além do mais, o veto presidencial ao orçamento aprovado pelo Congresso aniquilou os recursos para a pesquisa científica e tecnológica, o que irá desmantelar a maioria dos grupos de pesquisa, com profundos reflexos na vida das Universidades, comprometendo, ainda mais, seus objetivos máximos e indissociáveis: o ensino, a pesquisa e a extensão. (Dos parlamentares mineiros espera-se a rejeição ao veto, em nome das onze Instituições Federais de Ensino Superior existentes no estado).

Finalizando, as entidades representativas da comunidade da UFMG - ASSUFEMG, APUBH e DCE - reiteram seu protesto contra a política do Governo que considera a Educação e a Saúde como gasto, e não como investimento. Relembram que são direito do cidadão e dever do Estado e convocam todos os colegas e demais setores da sociedade a mais uma batalha em defesa do Ensino Público, Gratuito, Laico e de Boa Qualidade.

Belo Horizonte, março de 1989

• ASSUFEMG
Associação Sindical dos Servidores da UFMG
• APUBH
Associação dos Professores Universitários de Belo Horizonte
• DCE
Diretório Central dos Estudantes da UFMG